

CONFERÊNCIAS

A ÉPOCA DE DANTE (1265-1321) (*).

INTRODUÇÃO.

Coube ao professor de História da Civilização Medieval a honra de iniciar o ciclo de conferências com que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, sob os auspícios da Reitoria da Universidade de São Paulo, comemora o VII centenário no nascimento de Dante Alighieri.

Para que os presentes possam compreender o ambiente em que viveu o poeta, e que sem dúvida teve influência na sua obra, julgamos necessário rever o século XIII, de expressividade marcante na Idade Média Ocidental.

Dante ocupa lugar de merecido destaque na História da Humanidade e de relevância inexcusável na própria História da Itália. Esta, depois da invasão dos germanos desmembrou-se em vários estados, havendo uma união momentânea, ainda que parcial, durante o domínio bizantino e o do Sacro-Império. Mas a Itália continuou durante muito tempo como mera expressão geográfica, com uma multiplicidade de dialetos. Assim, Dante é o símbolo, da cultura e da língua italiana em vias de formação. O seu poema foi aceito e compreendido por toda a Península. Se em 1870 foi feita a unificação territorial italiana, a unidade cultural de há muito já se consumara, graças ao poema do Florentino.

O valor do poeta pode ser medido pelas excepcionais comemorações do seu VII centenário de nascimento. Para avaliar-

(*) — Resumo da palestra realizada no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, no dia 18 de agosto de 1965, dando início ao Curso "A vida e a obra de Dante", promovido pelo Centro de Estudos Italianos e patrocinado pela Reitoria da Universidade de São Paulo.

mos a sua receptividade, basta lembrar que a **Divina Comédia** já alcançou a sua 3a. edição em japonês, fato surpreendente para uma civilização tão afastada do **Mare Nostrum**. Isso, sem dúvida alguma, é devido ao valor intrínseco do poema que fala às paixões humanas e canta um hino ao Cristianismo, representando, pois, um verdadeiro patrimônio da Humanidade.

Parece ponto pacífico admitir-se que houve uma grande expansão demográfica e mesmo cultural de **circa** 900 a 1300, que modificou completamente a Europa Ocidental. Podemos mesmo afirmar que no século XIII o Ocidente atinge o seu apogeu. Foi o século de São Luís (1215-1270), da construção da catedral de Chartres, da Sainte-Chapelle, da Igreja de Notre Dame.

Os séculos XIV e XV são centúrias infelizes, pois a deplorável, mas famosa, Guerra dos Cem Anos — que durou de 1337 a 1453 — ensanguentou toda a França. Foi um período de fome, devido não somente às operações bélicas, como também à mudança de clima em diversos lugares, oriunda principalmente do desbastamento das florestas. O trigo, de origem mediterrânea, não estava adaptado como hoje, a diversos climas. A colheita rendia apenas 4 por 1 do grão semeado, o que é pouco e explica muito bem a fome quando o tempo não ajudava. Mas o fator mais grave foi a grande peste de 1348 que, pelos sintomas relatados, hoje podemos dizer ter sido uma peste bubônica. A sua longa duração e a enorme **razzia** feita na população levou boa parte da mesma a fugir das cidades. Calcula-se a mortandade em cerca de 2/3 a 1/2 da população existente.

I. — A HEGEMONIA DO PAPADO. O PAPADO E A IGREJA NO SÉCULO XIII.

Este século XIII começa verdadeiramente com a batalha de Bouvines (1214), em que Filipe-Augusto (1180-1223), rei de França, vence Oto IV (1198-1218), Imperador do Sacro-Império-Romano-Germânico. Termina com o conflito entre Filipe-V-o Belo, rei de França, (1285-1314) e o Papa Bonifácio VIII (1294-1303). É o século da hegemonia da França e do Papado. Essas duas potências determinaram o curso político da história nessa centúria. O Papado, sem dúvida alguma, é quem dirige, quem influencia as decisões. Mas, em compensação, é a França que tem nesse século a civilização mais brilhante. Ambos, a França e o Papado, venceram o Sacro-Império.

1. — A luta do Papado contra o Império.

Essa luta teve a duração de dois séculos e meio. Não é a luta do poder temporal contra o poder espiritual. Isso seria colocar problemas dos nossos dias em plena Idade Média, o que não se justificaria. Nem a humilhação de Henrique IV (1056-1106) em Canossa, nem a de Frederico Barbaruiva (1152-1190) em Veneza, nem a de Oto IV em Bouvines, constituem a humilhação do poder civil diante da arrogância sacerdotal. Na realidade, não temos o Estado contra o Papado, mas sim uma luta interna dentro da própria Igreja. Senão, vejamos: o que desejavam os Imperadores? Queriam o reconhecimento do direito de organizar a Igreja dentro do seu Estado, direito que diziam ser oriundo dos Carolíngios, dos Otônidas, dos Henriques, do Império Romano e dos Hohenstaufen. A prevalecer essa teoria a Igreja perderia completamente a sua independência, ficando dependente do poder temporal. O Papado, por sua vez, afirmava que defendia a causa de tôdas as nações, que não podiam ficar dependendo da vontade do Império. O interesse da indicação girava em tôrno do fato de que muitos bispos, mosteiros, abadias, etc., eram além de postos de destaque dentro da Igreja, grandes proprietários territoriais e senhores de um poderio bélico respeitável.

A luta continuou até a batalha de Bouvines que, como já dissemos, foi uma grande vitória de Filipe-Augusto sôbre Oto IV. Mas o Sacro-Império-Romano-Germânico não terminou nessa ocasião. Ele vai durar até a época de Napoleão Bonaparte que, vitorioso na sua luta contra os Hasbsburgos da Áustria, decretou em 1806, pela fôrça, a sua extinção, criando em seu lugar a Confederação do Reno. Mas o Império fôra ferido de morte no século XIII e já cumprira o seu destino, pois cessara de existir como poder uníversonal, como uma entidade que representava tôda a Europa Ocidental. Os seus soberanos continuaram ainda a se intitulares de "Imperadores romanos sempre augustos" e usavam como símbolo do seu poder, além da corôa, um globo mundial e até a época de Carlos V fizeram questão absoluta de serem coroados Imperadores em Roma. Mas na realidade êsses monarcas eram soberanos de um grande de principados, que constituíram a Alemanha desde o fim da Idade Média até a sua Unificação. Tiveram êles o sentimento dessa realidade, pois desde o século XIII passaram a intitular o seu Estado de "Santo Império Romano das Nações".

2. — O Papado vitorioso.

O Papado ficou como vencedor após a derrota do Império em Bouvines. O seu isolamento o fez ainda maior, tomando a forma de uma verdadeira monarquia universal, tornando-se cada vez mais centralizada. Agora todos os bispos recebiam o **pallium** das mãos do Papa e lhe prestavam homenagem e juramento. Nenhuma Ordem Monástica podia constituir-se sem o beneplácito pontifical. A côrte papal em Roma recebia apelos de tôdas as partes do mundo e os legados papais fiscalizavam as nações e punham o Pontífice a par dos acontecimentos.

Por essa época o direito canônico, cujo embrião foi o Decreto de Graciano, publicado em 1150, passou a definir-se com Inocência III (1198-1216) e Inocência IV (1243-1254) e consolidou-se definitivamente no fim do século XIII.

As finanças também são organizadas, pois era necessário separar o tesouro do Papa (soberano de Roma), daquele que pertencia à Igreja por êle dirigida. Alguns países, como a Inglaterra e o Aragão, tinham uma taxa especial: "O dinheiro de São Pedro. Os dignatários da Igreja pagavam anatas, reservados, direitos do **pallium**, de indulto, etc. Todo êsse conjunto era centralizado e constituía o Tesouro da Santa Sé. Com êsse dinheiro a Igreja subvencionava as Cruzadas e mantinha as missões com o fito de converter os pagãos e espalhar a Fé de Cristo.

3. — O Papado e o renascimento do comércio.

Antes do século XI a economia medieval baseava-se tôda na agricultura. Só a terra tinha valor. Daí o Papado possuir muito poucos recursos, pois na realidade podia contar quase que exclusivamente com a renda do Patrimônio de São Pedro, isto é, do Estado Papalino. Isso explica o esforço dispendido pelo Papado para recolher, em seu benefício, a herança da Condessa Matilde e a sua oposição ao Estado Normando das Duas Sicílias, em plena expansão e ameaçando a própria existência do Patrimônio de São Pedro.

A moeda reapareceu e a sua circulação acabou paulatinamente com o impôsto em espécie e a troca **in-natura**. As taxas pontificais aumentaram bastante e constituíam uma grande fonte de dinheiro. Como o Papado não possuía um fisco organizado para receber êsse numerário, êle se aproveitou de certas organizações capitalistas em plena formação em diversas comunas italianas. Os banqueiros de Siena, e mais tarde, os de Florença, se encarregaram da percepção dessas taxas pontifi-

cais, cobrando, como é óbvio, uma certa comissão. Esses banqueiros entraram em contacto com tãda a Europa e converteram o dinheiro recebido em moeda italiana ou em outras que tivessem aceitação universal (como o besante bizantino, por exemplo). Assim, inicia-se uma série de operações bancárias de grande vulto, que cada vez se tornaram mais importantes. Isso explica em boa parte o papel preponderante desempenhado pelos banqueiros italianos no Ocidente, onde são conhecidos como os **lombardos**. A lembrança dessa preponderância ainda perdura em Londres, por exemplo, onde uma das ruas, precisamente onde se localizam os grandes estabelecimentos bancários, tem precisamente o nome de **Lombard Street**.

Para evitar o transporte de moedas em grande escala, sempre perigoso por despertar a cobiça, pouco a pouco os banqueiros italianos começaram a usar papéis de crédito, ancestrais da nossa tão conhecida letra da câmbio. Os judeus, também, lançaram mão dêsse recurso para receberem o seu dinheiro em lugares distantes, principalmente em feiras como as da Champagne, tão famosas na Idade Média. Aí, banqueiros italianos, judeus e sírios faziam grandes negócios, cobrando dívidas ou trocando moedas, ou pagando ainda grandes quantias oriundas do comércio entre a Flandres e o Norte da Itália, principalmente Veneza.

4. — Os Papas do século XIII e a teologia.

Os Papas do século XIII não se enquadram na linha dos anteriores: entre outros, Gregório VII (1073-1085), Inocência III (1198-1216) e mesmo daqueles contemporâneos de São Bernardo (nascido em 1091 e morto em 1153). São em sua quase totalidade muito mais terrenos, têm os pés plantados na terra. Em vez de procurar ascender ao céu, procuravam trazer Deus para a terra, para dentro da Igreja, dando-lhe assim uma fôrça e uma magestade incomparável. Sente-se a obra humana, o admirável esforço para se constituir na terra uma sociedade perfeita. Pensa-se numa catedral gótica que se lança com as suas tórres em forma de agulha rumo ao céu, mas ao mesmo tempo facultam muitas esculturas onde, ao lado de Deus e dos santos, aparecem demônios e animais fantásticos, reis e grãosenhores e até mesmo humilde obreiros.

Foi precisamente nessa atmosfera — tão bem abordada na **Divina Comédia** — que a Teologia se emancipou.

A Escolástica anterior se consubstancia na **Summa Theologica** (1274) de São Tomás de Aquino (1227-1274), que reflete

bem a moral e os dogmas cristãos expostos de maneira aristotélica. O ponto de partida, naturalmente, só poderia ser a Revelação: a Fé forneceu a base sólida para a construção teológica racional que envolve toda a sociedade, toda a vida. O fito da obra é sempre o mesmo: a salvação das almas. Mas não se procurava chegar a essa meta pelo **misticismo** como antes, mas sim pelo contacto directo com Deus. A Igreja se imiscuia em tudo, não mais se isolava. Por isso não seria mais possível um São Bernardo (1091-1153) no século XIII, conselheiro dos Papas, que certamente desconfiaria da exuberância e da paixão de um São Francisco de Assis (1182-1226).

A Teologia nessa época procurava governar as almas através do **Vigário** de Cristo na terra. Não mais se devia agir pelo heroísmo, mas sim pela obediência à Igreja, que cuidava da salvação de todas as criaturas e que condicionava todas as profissões e todas as vidas à obediência ao **Pontífice**. Cabia à Igreja definir e punir os pecados cometidos pelos homens, por exemplo, na guerra injusta, assim como no comércio, quando o homem cobrava mais do que o justo preço, combatendo assim de maneira frontal a usura. Nestas condições, toda a vida, laica ou religiosa, estava colocada sob a proteção e o controle da Igreja.

5. — Os tribunais eclesiásticos e o que eles representavam.

Os tribunais eclesiásticos eram os mais importantes nessa centúria, para não dizeremos os únicos que realmente funcionavam. Com o seu **forum mixtum** eles intervínham, tanto na esfera religiosa como na laica. Assim, julgavam as mais diversas questões, desde testamentos, problemas relacionados com questões civis, casamentos, até questões de usura. O fundamento da sua ingerência era de que as partes tinham recebido o batismo e nessas condições estavam compreendidos no número daqueles que pertenciam à Igreja e lhe deviam obediência, sob pena de excomunhão.

6. — A vida intelectual inteiramente submissa à Igreja.

Nestas condições, temos uma doutrina grandiosa e completa que se impunha a um mundo de crentes que a aceitava voluntariamente. Isso está bem visível num grande poema como a **Divina Comédia** — o único poema verdadeiramente universal da literatura europeia — em que podemos ver como o espírito de São Tomás de Aquino impregou a mente de um homem como Dante Alighieri.

Todos os sábios (teólogos e juristas) eram crentes e obedeciam à Igreja. A Filosofia era considerada como **ancilla Theologiae**. As Universidades, que nasceram nas sacristias, obedeciam ao modelo de Paris e estavam subordinadas à autoridade do Papa. Todos os mestres, ou a sua grande maioria, eram clérigos dos mosteiros e das escolas catedrais. Isso explica porque no século XIII se rompeu definitivamente com a Antigüidade: foi através de traduções de textos árabes e judeus para o latim — versões feitas principalmente em Toledo, na Espanha — centro que irradiava conhecimento de Aristóteles e de Platão. Como consequência temos o aparecimento de um nôvo latim que durou até o Renascimento. Tratava-se de uma língua clara, analítica, pois era o idioma dos juristas e dos teólogos. A literatura clássica latina vai desaparecendo. Por isso certos autores afirmam que êsse latim deveria ser chamado de catedrático, pois, como a catedral, nasceu da Antigüidade para uma nova vida.

7. — A Igreja e a heresia.

A Igreja medieval no Ocidente atingiu o seu apogeu nesse século XIII. Desde o arianismo — heresia introduzida entre os germanos no século IV e que teve tão grande importância na Alta Idade Média — o Ocidente viveu relativamente em paz, em oposição ao Império Bizantino que teve de enfrentar heresias cristológicas e mesmo guerras religiosas, como aquela desencadeada pela famosa Querela das Imagens. Cumpre considerar que no Ocidente não existia uma tradição filosófica expressiva, nem mesmo contacto direto com numerosos aglomerados humanos de religião diferente do Cristianismo, nem muito menos possibilidades de agitação social que abrissem os espíritos a novidades comprometedoras.

A população no Ocidente era predominantemente agrícola, pois as cidades quase nunca passavam a cifra de 20.000 habitantes, em oposição ao 1.000.000 de habitantes de Bizâncio e de Bagdá. Assim, havia isolamento e conseqüentemente respeito à tradição e à autoridade. A Igreja respeitada, temida, e detentora do saber; a Fé era imperativa, fortíssima e nem sequer discutida.

Mas no século XI, com o renascimento do comércio e da vida urbana no Ocidente, com a intensificação das relações marítimas com o Levante, a situação mudou completamente. Sentimos aparecer, então, as primeiras manifestações de maniqueísmo, sem dúvida oriundo do Oriente. Essa heresia infiltrou-se

sobretudo na Lombardia, França e Alemanha. No século XII multiplicou-se espantosamente, sendo os seus principais centros localizados no sul da França, em Toulouse e no Condado de Albi — de onde derivou o próprio nome. Sem dúvida essa heresia é a mesma que chamamos de **Cátaros** (*καθαροί*), que entre outras cousas pregava que o homem para chegar até Cristo devia despojar-se de todos os bens terrestres a fim de atingir a perfeita pureza. Pregava, também, a comunidade dos bens e o aniquilamento da Igreja. Nestas condições, podemos muito bem avaliar o que isso significava para o estado de cousas estabelecido e o entusiasmo com que os barões franceses, sob o comando de Simon de Montfort (\pm 1160-1218), atenderam ao apêlo do Papa Inocência III para empreenderem uma verdadeira Cruzada de destruição dos albigenses. Coube-lhe atacar os principais centros da heresia de 1208 a 1235.

Existiram outras heresias no período que nos interessa, pois até Wiclef (\pm 1324-1387), notamos a existência dos “Irmãos do Espírito Livre”, os **begards** (os mendicantes), que apesar de terem um fundo cátaro, não lograram alcançar a importância desta última heresia. O mesmo podemos dizer da heresia valdense que, pelo radicalismo de suas aspirações, perdeu a sua periculosidade. Todas essas heresias, todavia, recrutavam os seus adeptos principalmente entre os artesãos das cidades, o que de certa maneira tendia ao seu confinamento. Eram uma minoria num Estado em que a economia rural tinha uma preponderância maciça. A isso devemos acrescentar que geralmente a burguesia era contra esses elementos, principalmente pela sua pregação comunitária.

A Igreja não ficou de braços cruzados perante essas rebeldias, pois desde o século XII procurou combater os ataques à unidade da doutrina cristã. Tolerava os judeus, mas não podia aceitar os heréticos, cristãos que queriam se libertar da sua direção. Por isso, os excomungava e procura aniquilá-los, entregando-os ao braço secular para o seu extermínio, como no caso das Cruzadas contra os albigenses. Para a Igreja, após Inocência III, não houve mais dúvidas: qualquer desvio da ortodoxia era um crime e como tal devia ser punido.

Para combater os rebeldes o Papado oficializou em 1216 a Ordem dos Dominicanos. E para dar fôrça a essa política substituiu a Inquisição episcopal pela pontifical, e isso desde 1233, com Gregório IX (1227-1241). Assim, a política da Igreja era bem clara: permanecer fora do seu seio era um crime. O prin-

cípio é o mesmo da religião de Estado e como tal deve ser por nós encarado.

II. — A POLÍTICA DOS PAPAS.

1. — A Igreja como uma autêntica teocracia.

No século XIII a política papal levou a Igreja a constituir-se numa autêntica teocracia. Compreendemos por essa posição que a Igreja gozava de um prestígio sem par, incomparável a qualquer outro na época, pois ninguém escapava à sua ascendência moral. Não queremos insinuar que a Igreja dirigisse os interesses das nações ocidentais, mas havia inquestionavelmente tal preeminência, que nada se fazia que pudesse ir contra os seus interesses.

Todavia a Igreja encontrou um rude adversário na pessoa do Imperador Frederico II (1197-1250). Pois ela considerava os reis como seus vassallos e êstes deviam-lhe obediência. Assim intervinha em seus negócios, mas não permitia que êles se imiscuissem nos seus. A excomunhão representava uma terrível arma nas mãos dos Papas, que conseguiam dobrar os governantes à sua vontade. O Sumo Pontífice era ao mesmo tempo o chefe do Catolicismo e chefe de um poderoso Estado na Itália. Dualidade de poderes que muitas vêzes gerou grande confusão na linha política a ser seguida.

2. — A União das Igrejas e as Cruzadas.

A verdadeira política dos Papas pareceu girar em torno do binômio: A União das Duas Igrejas (católica e greco-ortodoxa) e as Cruzadas. O Papado sempre desejou que a Igreja Greco-Ortodoxa, depois do Cisma de (1054) de Miguel Cerulário (1043-1055), voltasse ao seu seio.

Quanto à 1a. Cruzada (1099), se houve um sucesso parcial no campo militar, concorreu para aumentar ainda mais o fosso que separava os latinos dos gregos. A 2a. (1147-1149), da qual fizeram parte Luís VII de França e Conrado III da Alemanha, foi pregada por São Bernardo. Individualiza-se pelo fato de haver despertado uma grande vaga de misticismo, mas da qual nada de prático resultou no campo militar. A 3a. (1189-1192) foi originada pela tomada de Jerusalém por Saladino. Nela tomaram parte três importantes monarcas: o Imperador Frederico I Barbaruiva, Filipe-Augusto, rei da França e Ricardo-Cora-

ção-de-Leão da Inglaterra. O primeiro morreu ao transpor o rio Selef na Asia Menor e os outros dois se anularam reciprocamente, tal a divergência que tiveram nos seus propósitos. Por isso mesmo a Palestina não foi reconquistada pela intromissão das ambições terrenas na “guerra santa”. Foi por isso mesmo que Inocêncio III projetou uma expedição para atacar os fatímidas do Egito que então representavam a maior potência do Islão. Nesta Cruzada tomaram parte principalmente príncipes dos Países-Baixos, Champagne e Blois. Sabemos como os venezianos, possuindo uma frota — o único meio exequível de transporte desde a 2a. Cruzada — exigiram dos cruzados como pagamento da viagem a tomada de Zara na costa da Dalmácia. Sabemos, também, como Aleixo Angelos conseguiu o apóio dos cruzados para a reposição do seu pai no trono bizantino. A consequência dessas ambições desenfreadas foi a tomada não só da Zara como, também, da própria Bizâncio, a capital do Império Romano do Oriente. Nunca devemos nos esquecer que êsse príncipe bizantino era cunhado de Filipe da Suábia (1197-1208), inimigo do Papa.

A Cruzada, em 23 de junho de 1203, colocou à viva força Isaac Angelos (1185-1203) no trono. Depois de uma revolução que depôs êste monarca, os próprios cruzados tomaram Bizâncio em 12 de abril de 1204 e elegeram como monarca do Império Latino do Oriente, Balduino, conde de Hainaut e da Flandres (1204-1206). Na realidade foi Veneza quem fundou um Império com o seu doge Enrico Dândolo (1192-1205), que se fez eleger “déspota” da Rumânia. Obteve para Veneza um bairro de Constantinopla e as ilhas do Arquipélago, comprou Cândia e levou para a sua cidade natal uma grande quantidade de obras de arte. O Papa inicialmente fez sérias objeções, mas acabou concordando em virtude de Balduino ter proclamado a União das Duas Igrejas.

Mas para manter êsse Império Latino do Oriente seria necessário muitos soldados e muito dinheiro, sem falar da ida de novos elementos humanos, pois a população de Bizâncio era totalmente hostil aos latinos. Além do mais, os próprios latinos não se entendiam entre si. Por isso mesmo Miguel Paleólogo (1260-1282) foi auxiliado pelos genoveses e em 1261 conseguiu reconquistar Constantinopla. No fundo tratava-se da velha luta pela hegemonia entre duas potências navais: Veneza e Gênova.

O Papado, apesar da perda de Bizâncio continuou na sua porfia pela luta visando a União das Duas Igrejas: Urbano

IV (1261-1264) e Clemente IV (1265-1271) tentaram inutilmente convencer Miguel VIII Paleólogo das vantagens que adviriam para as duas partes com o retorno de Constantinopla ao seio da Santa Sé. Mas o que o **basileus** desejava era socorro militar para fazer frente aos turcos e por isso prolongou indefinidamente as negociações. Martinho IV (1281-1285), cansado de esperar por uma solução, rompeu as negociações e impulsionou as ambições de Carlos d'Anjou (nascido em 1220 e morto em 1285) em restaurar o Império Latino do Oriente.

A 5a. Cruzada, empreendida durante o pontificado de Honório III (1217-1221), foi chefiada por João de Brienne — rei titular de Jerusalém — e André II da Hungria (1204-1235) que logo voltou devido a uma revolta dos seus súditos. João de Brienne tomou Damietta, mas logo após teve que entregá-la de novo aos muçulmanos.

A 6a. Cruzada (1228-1229) foi empreendida pelo Imperador Frederico II durante o pontificado de Gregório IX. O sultão Meledin cedeu-lhe, por uma grande soma, Jerusalém sem combate. As duas últimas (a 7a. e a 8a.) foram empreendidas por São Luís (1226-1270) de 1248 a 1254 e 1270 respectivamente.

Mas agora surge uma pergunta. Porque a idéia de Cruzada foi esmorecendo? Há uma resposta muito simples. A visualização do problema pelo ângulo do Papa, não encontrava eco na alma dos barões. Na realidade a Europa, para sobreviver, não tinha necessidade da Síria, de Jerusalém ou de Egito. Tratava-se apenas de uma questão de Fé. Inicialmente a idéia despertara entusiasmo, mas não souberam ou não puderam tornar as Cruzadas permanentes. Isso era impossível porque a própria economia da Europa Ocidental estava ainda baseada na agricultura. Os camponeses eram mobilizados, mas não podiam permanecer indefinidamente em armas, tinham que cuidar das suas lavouras. Não havia ainda exército permanente e nem orçamento para poder pagá-lo. Quem saiu arruinada dessas longínquas guerras foi a cavalaria feudal, sangrada sem grande proveito para si mesma, a não ser para alguns afortunados. As cidades marítimas e mercadoras da Itália é que se aproveitaram das Cruzadas, e se constituíram no embrião do grande movimento de renascimento urbano e comercial. Somente o Papa permaneceu fiel à idéia inicial. Da mesma maneira as Ordens Militares, como a Teutônica no Báltico (Prússia), Templários, Cavaleiros de São João de Jerusalém, que representam os últimos lampejos desse grande movimento místico.

No Ocidente houve, também, Cruzadas, pois não podemos deixar de encarar assim a **Reconquista** na Península Ibérica, onde se lutou contra os mouros, inimigos dos cristãos. Aí também as Ordens Militares tiveram um papel de relevo, pois sempre constituíram o núcleo dos exércitos ibéricos. A diferença era que na Ibéria o próprio rei é quem dirigia a luta que durava indefinidamente. Por isso mesmo o monarca ibérico gozava de um grande prestígio e riqueza. O rei era forte, pois sempre tinha terras para distribuir entre os seus nobres. Evidentemente tratava-se de terras conquistadas aos mouros.

III — O PAPADO E A ITÁLIA.

1. — A Itália: região de cidades.

Na Europa Ocidental a Itália era o país das cidades e isso se explica facilmente, pois a tradição urbana vinha diretamente do Império Romano e foi na Península que a sua lembrança se manteve mais vivaz. Por outro lado, nas regiões onde as grandes invasões destruíram a civilização romana, a nobreza abandonara a cidade e imigrara para o campo. Na Itália aconteceu justamente o contrário: a nobreza permaneceu nas cidades, onde continuou a habitar seus palácios fortificados com muralhas e torres. Ora, isso contrastava violentamente com o que se passou no Norte da Europa, onde os barões, em pleno regime feudal, se encurralaram ferozmente nos seus isolados castelos, fortalezas de pedra, no meio do campo, no alto das montanhas ou em lugares estratégicos à beira de rios.

Na Itália persistiu a tradição municipal romana, principalmente na Lombardia e na Toscana. Ora, o município romano sempre gozara de uma autonomia legal e somente estava subordinado à formidável potência imperial romana. Por isso mesmo a cidade medieval na Itália é quase sempre uma **república**, o que explica em grande parte as dificuldades para a Unificação Italiana, que apenas se completou em 1870.

Os habitantes das cidades italianas, mercadores e artesãos, é que se aproveitaram do conflito entre o Papa e o Imperador para se levantarem em armas contra os seus bispos e se apoderarem da administração. Nunca devemos nos esquecer que com o fim do Império Romano do Ocidente foi a Igreja, ou melhor, os bispos que se mantiveram nas cidades e deram aos novos Estados, que então se formavam, as linhas mestras das velhas estruturas político-administrativas.

As primeiras comunas italianas juraram pelos **patarins** (**patarius** seria deformação de cátaros?) em plena Querela das Investiduras e em períodos de exaltação mística. Elas guardariam até o fim de sua existência essa origem revolucionária e seus hábitos de violência. A comuna se impôs à cidade pela força. Os seus chefes (os **cônsules**) eleitos assumiram o poder judiciário e administrativo. Mas a medida que a burguesia desenvolveu-se, os contrastes sociais foram tornando-se cada vez mais evidentes. Dêse choque de interesses nasceram dois partidos: o dos **grandes**, que agrupava os mercadores ricos e a nobreza urbana, e o dos **pequenos**, que reunia as corporações de ofícios que aumentaram de número e de importância com o renascimento do comércio e a sua conseqüente prosperidade. Mas faltava um poder principesco para interpor-se entre os dois partidos na sua luta pelo poder municipal, que tomou um aspecto de acirrado encarniçamento.

O século XIII foi uma centúria de Guerra civil crônica. Os **pequenos** eram massacrados quando os **grandes** obtinham vantagens. Quando êsses eram vencidos, se não fôsem mortos, procuravam refúgio na cidade vizinha, quase sempre rival da sua. Apesar disso tudo as cidades, que eram centros econômicos independentes, progrediram e se esforçaram para obter a hegemonia na sua região. Por paradoxal que possa parecer, o comércio e a indústria floresceram no meio de toda essa balbúrdia. Eram pequenos mundos muralhados que armazenavam uma grande energia na produção, para perdê-la na luta interna ou contra a cidade vizinha e rival. As cidades não se entendiam entre si. Foi preciso as brutais ameaças de um Frederico I Barbaruiva para as cidades lombardas se unissem numa Liga. Com a união conseguiram vencer o Imperador na batalha de Tagliacozzo.

2. — Guelfos e gibelinos.

Os Hohenstaufen não conseguiram impor o seu cesarismo, mas trouxeram um novo elemento de discórdia: a introdução na Itália da luta de dois partidos alemães — **guelfos e gibelinos**. Os guelfos eram os partidários das casas principescas da Saxônia e da Baviera. Os gibelinos, por sua vez, eram os partidários da Casa da Suábia. Êsses partidos se aclimataram extraordinariamente bem na Itália e aí se desenvolveram até o século XV. Os guelfos eram contrários à intervenção imperial nas cidades e os gibelinos pensavam justamente de maneira inversa. O curioso é que os dois partidos eram republicanos e,

às vêzes, chegaram a unir-se contra o Imperador. Do encarniçamento da luta pelo poder nasceu a figura do **podestá** que, como príncipe temporário, deveria impor a ordem e proibir os excessos. Mas aconteceu que para ser obedecido, muitas vêzes êle se apoiou em demasia em um dos partidos. A consequência não se fêz esperar: desde o século XIII êsses **podestás**, pelo cansaço dos partidos ou pela astúcia, se apossaram do poder e se tornaram senhores absolutos da situação (como, por exemplo, os Scaliger em Verona e os Visconti em Milão).

3. — **Misticismo e heresia.**

Na Itália, neste século XIII, temos um São Francisco de Assis, filho de um rico mercador que abandonou o luxo pelo burel de frade. Ao mesmo tempo recrudesciu o movimento dos **cátaros**, das “mãos do Livre Espírito” e dos valdenses. A Igreja procurou combater essas heresias de tôdas as maneiras possíveis. Os dominicanos, por exemplo, provocaram em 1245 um formidável escândalo, um verdadeiro levante popular em Florença contra o **podestá**, acusando-o de favorecer os heréticos. Leis atrozes promulgadas por Frederico II provam que os cismáticos deviam ser numerosos, pois se fôsem poucos essas leis seriam inúteis.

Mas agora surge uma pergunta muito pertinente. De onde provinham êsses heréticos? Mais uma vez julgamos possível ponderar: eram recrutados principalmente entre os artezãos das cidades que se dedicavam à indústria de exportação. Existia na Itália, como na Flandres, um florescente artesanato. Em Florença, por exemplo, surgiram grandes companhias que se dedicavam à exportação de tecidos, mantendo para isso um grande número de assalariados. Nesas condições, foi-se formando um capitalismo, ainda que incipiente, com a acumulação dos lucros obtidos com o comércio do **drap**, tão apreciado nos portos do Levante.

4. — **Os banqueiros italianos.**

As fortunas acumuladas pela fabricação e comércio de tecidos foram ainda aumentadas, de maneira considerável, pelo comércio do dinheiro. Os banqueiros de Siena e de Florença tornaram-se os banqueiros do Ocidente, inclusive por terem sido encarregados de receber as taxas devidas à Igreja. Chamavam-nos de lombardos, apesar de muitos dêles não serem oriundos da Lombardia.

Na França êsses banqueiros italianos tornaram-se até auxiliares dos reis, como no caso de Filipe-o-Belo, que teve ministros de origem cisalpina. Entre êles citamos: Mouche (Musciatto), Biche (Albizo), Guidi, etc. Muitas companhias comerciais foram organizadas na Itália, como a dos Peruzzi, dos Bonsignori (de Siena). Esta faliu em 1298 e como era extremamente importante, por ser a fornecedora dos papas, imperadores, reis, cidades, etc., conseguiu pagar 200.000 florins de ouro aos seus credores em 1298. O seu desaparecimento fêz com que Florença se tornasse o centro financeiro mais importante da Itália. Posição que soube manter até o século XV.

Êsses banqueiros eram muito astutos, pois iam buscar no Levante o ouro adquirido por preço muito mais baixo. As moedas de ouro pouco a pouco tornaram-se de uso corrente. As **Augustales** foram cunhadas por Frederico II na Sicília; o **florim** apareceu em 1252. O **ducado** foi extremamente difundido por ser a moeda de Veneza. Voltou-se assim, novamente, ao estalão ouro que havia predominado no Império Romano. Sem dúvida alguma era o sinal evidente de uma importante recuperação comercial, porque, como sabemos pela tese de Henri Pirenne, a circulação monetária era ainda usada no Mediterrâneo Ocidental antes da conquista da África do Norte e da Ibéria pelos árabes. Com a invasão, cessou o comércio entre a parte ocidental e oriental do **Mare Nostrum**. Como o Ocidente sempre teve a sua balança de comércio deficitária, em relação ao Império Bizantino, com o desaparecimento do comércio somente a terra continuou a ter valor: daí se teria originado o feudalismo. A tese, em linhas gerais, é ainda aceita em grande parte.

Na Itália foi Veneza — situada no fundo do Adriático e protegida por Bizancio — a primeira cidade italiana a despertar para o reinício do comércio, mantendo grande importância a partir do século XI. Então novamente começaram a circular moedas de cobre, prata e ouro.

Inicialmente circularam os **besantes** bizantinos e posteriormente moedas cunhadas no Ocidente, como já dissemos.

Os banqueiros aproximaram-se da nobreza que conseguiu ficar nas cidades e essas duas classes sociais acabaram por se unirem. Muitos nobres douraram seus braços com o ouro dos banqueiros. No século XIII a aristocracia das cidades italianas não se distinguia pela antigüidade da linhagem, mas sim pela condição social e econômica.

5. — Os Estados papalinos.

Nos Estados papalinos a situação era completamente diversa. Roma não se distinguia nessa época pela riqueza, nem pela atividade política, social ou intelectual. Não se podia comparar de maneira alguma Roma com as grandes cidades da Toscana e da Lombardia.

As grandes famílias da nobreza romana disputavam ferozmente a tiara papalina. Elas porfiavam continuamente em guerras privadas umas contra as outras. O próprio povo romano, extremamente orgulhoso e cioso do seu brilhante passado, foi muitas vezes presa fácil de demagogos ou visionários (como Colà di Rienzi, tribuno romano do início do século XIV). Os próprios Papas não se sentiam seguros em Roma. Inocêncio III e Inocêncio IV jamais tiveram sossêgo na sua capital. Apesar de ser a cúpula da Igreja, praticamente o Papado estava acampado em Roma. Ora, isso não deixava de ser uma grande injustiça, pois quando o Império Romano do Ocidente deixou de existir, foi o Papado quem sustentou Roma e durante toda a Alta Idade Média a cidade viveu em função da Igreja.

Mas o curioso é que não estava dentro dos muros de Roma a importância da vida intelectual de Igreja, pois nessa época ela nem sequer possuía uma Universidade. Não tinha doutores da estirpe de um São Tomás de Aquino e de um Alberto-o-Grande. Até São Francisco vivia em Assis e São Domingos na Espanha, e Dante em Florença. A grandeza da Santa Sé vinha do fato dela ser a cabeça da Igreja Universal.

6. — O reino da Sicília.

O Reino Normando da Sicília, fundado por Robert Guiscard nos meados do século XI, era tão rico como a Lombardia e a Toscana. De acôrdo com o temperamento de seus habitantes, teve êle uma vida agitada e exuberante, mas quanto à administração era completamente diferente das outras regiões da Itália. Bizantinos e árabes estabeleceram-se por muito tempo nessa região e deixaram nela o cunho da sua presença. Não encontramos nessa época na Sicília nenhuma cidade autônoma, assim como nenhuma comuna. O povo pagava religiosamente os seus impostos e obedecia aos seus governantes; por isso mesmo a Sicília sempre teve senhores poderosos.

No século XIII êsse Reino tinha uma população muito densa: cêrca de 1.200.000 habitantes (1275), muito maior do que a da Inglaterra nessa época. Os Imperadores alemães, princi-

palmente Henrique IV e Frederico II desenvolveram aí um verdadeiro despotismo, com uma forte administração e um fisco impiedoso. Fundaram, também, uma Universidade: a de Salerno, a primeira de toda a Idade Média no Ocidente. Nessa escola ensinava-se toda a ciência grega, completamente esquecida mas preservada, também, através de textos árabes. O próprio Frederico II conhecia o árabe e parece que adotou pessoalmente alguns costumes muçulmanos.

Frederico II foi o primeiro monarca do Ocidente a tornar cunhar moedas de ouro. O curioso é que no Islão essas moedas sempre tiveram curso e o mais notável ainda é que os Pirineus separavam um só mundo em duas porções diferentes: de um lado as moedas tinham curso e do outro a terra era a única coisa de valor.

Podemos afirmar que Frederico II foi, muito antes dos soberanos europeus do século XVIII, um verdadeiro déspota esclarecido. A Sicília prussianizada do XIII século era superior a todas as outras da Europa, mas não produziu um Dante Alighieri, não teve uma arte gótica e muito menos ainda iria participar do Renascimento.

EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

Professor de História da Civilização Antiga e Medieval
da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.